



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

15

OUTUBRO/2008

OFICIAL DE JUSTIÇA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA III		HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA II		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,0	16 a 20	1,0	21 a 25	1,0	36 a 40	2,5
6 a 10	1,5			26 a 30	1,5	41 a 45	3,0
11 a 15	2,5			31 a 35	2,0	46 a 50	4,0

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRADE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 3 (TRÊS) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil após a realização das provas, na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br)**.

LÍNGUA PORTUGUESA III

Bolsa-Floresta

Quando os dados do desmatamento de maio saíram esta semana da gaveta da Casa Civil, onde ficaram trancados por vários dias, ficou-se sabendo que maio foi igual ao abril que passou: perdemos de floresta mais uma
5 área equivalente à cidade do Rio de Janeiro. Ao ritmo de um Rio por mês, o Brasil vai pondo abaixo a maior floresta tropical. No Amazonas, visitei uma das iniciativas para tentar deter a destruição.

O Estado do Amazonas é o que tem a floresta mais
10 preservada. O número repetido por todos é que lá 98% da floresta estão preservados, 157 milhões de hectares, 1/3 da Amazônia brasileira. A Zona Franca garante que uma parte do mérito lhe cabe, porque criou alternativa de emprego e renda para a população do estado.
15 Há quem acredite que a pressão acabará chegando ao Amazonas depois de desmatados os estados mais acessíveis.

João Batista Tezza, diretor técnico-científico da Fundação Amazonas Sustentável, acha que é preciso
20 trabalhar duro na prevenção do desmatamento. Esse é o projeto da Fundação que foi criada pelo governo, mas não é governamental, e que tem a função de implementar o Bolsa-Floresta, uma transferência de renda para pessoas que vivem perto das áreas de preservação
25 estadual. A idéia é que elas sejam envolvidas no projeto de preservação e que recebam R\$ 50 por mês, por família, como uma forma de compensação pelos serviços que prestam. [...]

Tezza é economista e acha que a economia é que
30 trará a solução:

— A destruição ocorre porque existem incentivos econômicos; precisamos criar os incentivos da proteção.
[...]

Nas áreas próximas às reservas estaduais, estão
35 instaladas 4.000 famílias e, além de ganharem o Bolsa-Floresta, vão receber recursos para a organização da comunidade.

— Trabalhamos com o conceito dos serviços ambientais prestados pela própria floresta em pé e as
40 emissões evitadas pela proteção contra o desmatamento. Isso é um ativo negociado no mercado voluntário de redução das emissões — diz Tezza.

Atualmente a equipe da Fundação está dedicada a um trabalho exaustivo: ir a cada uma das comunidades,
45 viajando dias e dias pelos rios, para cadastrar todas as famílias. A Fundação trabalha mirando dois mapas. Um mostra o desmatamento atual, que é pequeno. Outro projeta o que acontecerá em 2050 se nada for feito. Mesmo no Amazonas, onde a floresta é mais preservada, os riscos são visíveis. Viajei por uma rodovia estadual que liga Manaus a Novo Airão. À beira da estrada, vi
50 áreas recentemente desmatadas, onde a fumaça ainda sai de troncos queimados. [...]

LEITÃO, Miriam. In: *Jornal O Globo*. 19 jul. 2008. (adaptado)

1

- Bolsa-Floresta, título do texto, é o nome dado a um(a)
- (A) recurso adotado por empresas privadas para que a população dê suporte aos projetos de desmatamento.
 - (B) mensalidade destinada aos moradores das cercanias de áreas de preservação por sua ajuda.
 - (C) medida social para apoio às populações da floresta, que não têm de onde obter sobrevivência.
 - (D) doação governamental regular feita às pessoas que moram na floresta, como se fosse uma bolsa de estudos.
 - (E) ajuda realizada por organizações não governamentais para que a população de baixa renda possa se manter melhor.

2

A expressão em destaque no trecho “Quando os dados do desmatamento de maio **saíram esta semana da gaveta ...**” (l.1-2) pode ser adequadamente substituída, sem alteração do sentido, por

- (A) foram finalmente examinados.
- (B) foram apresentados às autoridades.
- (C) foram tirados da situação de abandono.
- (D) encaminharam-se ao setor técnico.
- (E) chegaram ao conhecimento público.

3

No 2º parágrafo, o mérito da Zona Franca na preservação florestal do estado do Amazonas deve-se ao fato de ter

- (A) oferecido oportunidades de ganho para a população, afastando-a do desmatamento.
- (B) atraído compradores de todas as partes do Brasil com o seu comércio florescente.
- (C) criado uma área de comércio de bens livres de impostos, o que favoreceu novas aquisições para a população.
- (D) feito a promoção do desenvolvimento econômico da região, melhorando sua contribuição para o PIB brasileiro.
- (E) aberto o mercado interno nacional para a entrada de produtos estrangeiros de alta tecnologia.

4

“No Amazonas, visitei uma das iniciativas para tentar deter a destruição.” (l. 7-8). Tal iniciativa é a(o)

- (A) manutenção da Zona Franca.
- (B) criação do Bolsa-Floresta.
- (C) expansão de 1/3 da Amazônia.
- (D) preservação da floresta.
- (E) comprometimento do governo estadual.

5

Com a leitura do parágrafo que contém a oração “porque criou alternativa de emprego e renda para a população do estado.” (l. 13-14) pode-se inferir que, no texto, a outra alternativa seria

- (A) buscar outra fonte de renda.
- (B) desmatar a floresta.
- (C) emigrar para outro estado.
- (D) trabalhar na Zona Franca.
- (E) ser funcionário público.

6

Em "...é preciso trabalhar duro **na prevenção do desmatamento.**" (ℓ. 19-20), a expressão destacada, em relação com o princípio da oração, indica

- (A) modo.
- (B) causa.
- (C) conseqüência.
- (D) objetivo.
- (E) explicação.

7

"— A destruição ocorre porque existem incentivos econômicos; precisamos criar os incentivos de proteção." (ℓ. 31-32).

Avalie se as afirmativas apresentadas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F), em relação ao trecho acima.

- () Tanto a destruição da floresta quanto a sua proteção dependem de medidas econômicas.
- () O conceito da palavra "incentivos" é igual nas expressões "incentivos econômicos" (ℓ. 31-32) e "incentivos de proteção" (ℓ. 32).
- () Se houver incentivo de proteção, a destruição cessará.

A seqüência correta é:

- (A) V - V - F
- (B) V - F - V
- (C) V - F - F
- (D) F - V - F
- (E) F - F - V

8

No texto, "ativo" (ℓ. 41) significa

- (A) ato.
- (B) bem.
- (C) elevado.
- (D) prático.
- (E) em exercício.

9

Indique a opção em que o sinal indicativo de crase está corretamente usado.

- (A) Essa proposta convém à todos.
- (B) O governo aumentou à quantidade de subsídios.
- (C) A empresa considerou a oferta inferior à outra.
- (D) Ele está propenso à deixar o cargo.
- (E) Não vou aderir à modismos passageiros.

10

Indique a opção em que a expressão em destaque pode ser substituída por "lhe", assim como em "...uma parte do mérito lhe cabe," (ℓ. 13)

- (A) O economista chamou **o colega** de benfeitor da natureza.
- (B) A Fundação convidou **o professor** para o cargo de diretor.
- (C) O projeto pertence **ao renomado cientista**.
- (D) O governo criou recentemente **o Bolsa-Floresta**.
- (E) A diretora gosta muito **de sua assistente**.

11

As formas verbais estão corretamente conjugadas em

- (A) Escreve nesta folha o que você achou da proposta.
- (B) É indispensável que todos os interessados fazem a sua parte.
- (C) Todas as pessoas que vêm a Amazônia ficam deslumbradas.
- (D) Quando a Fundação propor um programa de preservação, a população aplaudirá.
- (E) Espero que as pessoas se precavenham contra a destruição da floresta.

12

Indique a opção em que a reescritura apresentada **NÃO** mantém o mesmo sentido do trecho original.

- (A) Uma área equivalente – uma área que equivale
- (B) Trabalhar duro – trabalhar duramente
- (C) Forma de compensação pelos serviços – forma de compensar os serviços.
- (D) Incentivos da proteção – incentivos protegidos
- (E) Recentemente desmatada – recém-desmatada

13

Indique a opção na qual a concordância nominal está adequada.

- (A) Alguns pseudos-ecologistas se opõem ao Bolsa-Floresta.
- (B) Há partes da floresta que estão menas devastadas que outras.
- (C) Visto a grande devastação, alguma atitude deve ser tomada.
- (D) Seguem anexo os documentos para a certificação.
- (E) Todos devemos ficar alerta para salvar a Amazônia.

14

"Atualmente a equipe da Fundação está dedicada a um trabalho exaustivo: ir a cada uma das comunidades," (ℓ. 43-44)

O sinal de dois pontos da sentença acima só pode ser substituído por:

- (A) , aliás,
- (B) , a saber,
- (C) , inclusive,
- (D) , ou melhor,
- (E) , por exemplo,

15

Assinale a afirmativa em que a palavra "onde" está usada corretamente.

- (A) Trabalhamos com o conceito de serviços onde o fator ambiental é preponderante.
- (B) Durante a discussão dos técnicos foi levantado um novo argumento onde o diretor não gostou.
- (C) Nas áreas próximas às reservas, onde estão instaladas famílias, haverá grandes investimentos.
- (D) Alguns estudos apontam o ano de 2050 como decisivo, onde ocorrerá uma grande devastação.
- (E) As propostas onde se encontram as soluções mais econômicas para a melhoria do ambiente serão aprovadas.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA II

16

O Real Forte Príncipe da Beira foi inaugurado em 20 de agosto de 1783 e constitui hoje o mais antigo monumento histórico de Rondônia. A construção do Forte obedeceu aos seguintes objetivos da Coroa Portuguesa:

- I - defender as fronteiras portuguesas dos confrontos contra os espanhóis;
- II - pacificar os movimentos nativistas e emancipacionistas que ocorriam na Amazônia;
- III - intensificar a atividade comercial ao longo dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira;
- IV - fixar como territórios portugueses as terras ao longo do rio Amazonas.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

17

A história da ocupação luso-brasileira na Amazônia e, em especial, no Estado de Rondônia remonta ao começo do século XVIII, a partir da descoberta de grandes jazidas de ouro. Essas descobertas

- (A) levaram ao desmembramento da antiga capitania de Mato Grosso, cuja porção ocidental passou a se denominar capitania de Rondônia.
- (B) criaram núcleos isolados de povoamento com uma população de negros escravos para o trabalho nas jazidas recém-descobertas.
- (C) deslocaram, de outras regiões da Amazônia, escravos alforriados que viam na garimpagem possibilidades de se estabelecerem em terras disponibilizadas pela Coroa Portuguesa.
- (D) atraíram mineradores vindos de Cuiabá, que migraram para a região, criando os primeiros povoados do vale do Guaporé.
- (E) atraíram para a região padres missionários, únicas pessoas autorizadas pela Coroa Portuguesa a controlar a extração dos metais preciosos.

18

A abertura do eixo viário BR-364 trouxe para Rondônia um aumento em seu crescimento populacional, colocando um fim ao isolamento rodoviário do Estado em relação às demais regiões do país. Entretanto, a partir de 1980,

- (A) os problemas provenientes do caos urbano pelo afluxo da população desempregada de Brasília, Cuiabá e Goiânia cresceram.
- (B) os garimpeiros, através da extração de cassiterita, estimularam a presença de grupos multinacionais que preservaram antigos núcleos coloniais.
- (C) a estrada, ao contrário do previsto, representou para os trabalhadores locais uma via de saída para as grandes capitais do Sudeste.
- (D) a colonização foi acelerada com a vinda de migrantes nordestinos como mão-de-obra para os seringais da Amazônia.
- (E) a concentração fundiária expulsou os pequenos agricultores das melhores terras, situadas nas proximidades das vias de circulação, provocando, assim, zonas de tensão.

19

As tentativas de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foram muitas durante o século XIX, porém somente com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, a obra foi finalmente incrementada. Em 1912, concluía-se a ferrovia cuja saga da construção havia se iniciado em 1872.

Sobre a saga da construção, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os ataques indígenas aos acampamentos e as doenças tropicais que dizimavam os trabalhadores somaram-se à dificuldade de transpor as regiões de mata fechada e rios encachoeirados.
- (B) O capital utilizado foi exclusivamente nacional, o que explica os diversos períodos de paralisação da obra pela dificuldade de investimento, consequência de períodos críticos da economia nacional.
- (C) A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré interrompeu o processo de integração regional em curso na época, já que deslocou para a obra contingentes militares empenhados no desbravamento da Amazônia.
- (D) A Bolívia dificultou a obra criando obstáculos diversos, desde o simples não-cumprimento dos trâmites legais até a ocupação militar do Acre, em 1899.
- (E) A maior parte da mão-de-obra utilizada na construção da ferrovia constituiu-se de indígenas apesados, provocando extermínio da população nativa ao longo do trajeto da ferrovia.

20

As discussões em torno das obras da hidrelétrica de Santo Antônio - a primeira do complexo hidrovviário e hidrelétrico no Rio Madeira, em Rondônia, permitem refletir sobre a necessidade de crescimento econômico e os danos que isso pode provocar ao meio ambiente.

Sobre estes fatos, é correto afirmar que

- (A) os danos que este projeto provoca ao meio ambiente podem levar a uma intervenção norte-americana na região, sob o argumento de desrespeito ao Protocolo de Kioto.
- (B) os maiores danos que o projeto causará serão relacionados aos monumentos que constituem o patrimônio histórico, já que a aldeia de Santo Antonio foi a primeira do atual Estado de Rondônia.
- (C) a construção de eclusas e barragens necessárias ao projeto implicará maior dimensão dos impactos ambientais, dos problemas sociais e do desmatamento na Amazônia, apesar da grande malha hidrográfica e da necessidade de modernização econômica da Amazônia Ocidental.
- (D) a implantação de projetos desse porte na rede hidrográfica da Amazônia ocidental facilitará o escoamento e o transporte de produtos agropecuários da região, contendo o avanço da fronteira agrícola e os conflitos fundiários em direção a Rondônia.
- (E) a presença de elevado potencial hidrelétrico e a recente demanda urbano-industrial da Amazônia Ocidental influenciaram a alteração na matriz energética brasileira, cuja principal característica é o estímulo ao transporte de cargas via rede fluvial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

O órgão competente para julgar conflito de competência entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é o

- (A) Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- (B) Supremo Tribunal Federal (STF).
- (C) Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (D) Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- (E) Tribunal Regional Federal (TRF).

22

Sobre os princípios que regem a carreira da magistratura no Brasil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça dos Estados deverá, necessariamente, ser composto de membros oriundos do Ministério Público estadual e da advocacia.
- (B) O ingresso na carreira cujo cargo inicial é o de juiz substituto ocorre mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as fases.
- (C) Os juízes de 1º grau adquirem a vitaliciedade após 2 (dois) anos de exercício e, a partir de então, só podem perder o cargo mediante decisão administrativa tomada pela maioria absoluta dos membros que integram o Tribunal ao qual se encontram vinculados.
- (D) Os Tribunais de Justiça dos Estados podem constituir um “órgão especial” para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, mas não estão a isso obrigados.
- (E) Para ingresso na carreira da magistratura é necessário não apenas o bacharelado em Direito, mas também o exercício de atividade jurídica pelo período mínimo de 3 (três) anos.

23

Em relação ao Ministério Público estadual, é correto afirmar que

- (A) é permitido aos Promotores e Procuradores de Justiça exercer a advocacia privada, exceto nas causas em que o Ministério Público seja parte.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça poderá nomear, excepcionalmente, e apenas nas comarcas onde não haja um representante do Ministério Público, um advogado para exercer as funções de Promotor de Justiça (promotor *ad hoc*).
- (C) os Promotores de Justiça não podem residir em outra comarca que não aquela da respectiva lotação.
- (D) os Promotores e Procuradores de Justiça podem candidatar-se a cargos políticos, devendo, para tanto, afastar-se temporariamente do cargo do Ministério Público, podendo retornar ao cargo após o término do mandato.
- (E) além dos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, assegurados expressamente pela Constituição Federal, o STF consagrou, através de sua jurisprudência, o princípio do Promotor Natural como um princípio institucional do Ministério Público.

24

Caso uma determinada autoridade administrativa se recusasse (ilegalmente) a fornecer certidão de tempo de serviço, requerida por funcionário público que dela necessitasse, a fim de solicitar sua aposentadoria, seria cabível ajuizar

- (A) *Habeas Data*.
- (B) Ação Civil Pública.
- (C) Ação Popular.
- (D) Mandado de Injunção.
- (E) Mandado de Segurança.

25

A Constituição afirma que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador” (Art. 5, XI). A esse respeito, considere as afirmativas a seguir.

- I - É permitido penetrar na casa, a qualquer hora do dia, mesmo sem o consentimento do morador, desde que haja autorização judicial para tanto.
- II - É permitido penetrar na casa, a qualquer hora do dia, em caso de desastre ou para prestar socorro.
- III - É permitido penetrar na casa quando houver flagrante delito, mas somente durante o dia.
- IV - O conceito de casa deve ser interpretado de forma restritiva, não incluindo, por exemplo, quarto de hotel.

Tendo em vista o direito fundamental citado, de acordo com a própria Constituição, e com a jurisprudência do STF, é(são) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) II
- (B) III
- (C) I e IV
- (D) I, II e IV
- (E) I, III e IV

26

Legislar sobre custas dos serviços forenses é competência

- (A) privativa dos Municípios.
- (B) privativa dos Estados.
- (C) privativa da União.
- (D) comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

27

Ao receber os autos do inquérito policial, o membro do Ministério Público Estadual manifestou-se pela incompetência do Juízo perante o qual oficia, vislumbrando tratar-se de crime da esfera federal. O Juiz de Direito discordou do *parquet*, afirmando ser da Justiça estadual a competência para processar e julgar o possível delito. A solução jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal é a de que deve o Juiz

- (A) instaurar o incidente de exceção de incompetência.
- (B) requisitar ao Procurador-Geral de Justiça outro Promotor para oferecer a denúncia.
- (C) requisitar ao Procurador-Geral da República um membro do Ministério Público Federal para oferecer a denúncia.
- (D) receber a manifestação como um pedido indireto de arquivamento e aplicar o artigo 28 do Código de Processo Penal.
- (E) arquivar o inquérito policial por falta de denúncia.

28

Se o Tribunal der provimento ao recurso defensivo para declarar nula a sentença penal condenatória, é correto afirmar que

- (A) a nova sentença, se condenatória, não poderá ser mais gravosa ao réu que a primeira, em respeito à proibição da *reformatio in pejus* indireta.
- (B) a nova sentença, se condenatória, não poderá ser mais gravosa ao réu que a primeira, em respeito à proibição da *reformatio in melius*.
- (C) a nova sentença, se condenatória, não poderá ser mais gravosa ao réu que a primeira, em respeito à proibição da *reformatio in melius* indireta.
- (D) o réu estará automaticamente absolvido.
- (E) tal decisão não impede o início do cumprimento da pena restritiva de liberdade.

29

João foi condenado a pena de 8 (oito) anos de reclusão em regime inicialmente fechado, após responder ao processo criminal em liberdade. José foi absolvido depois de responder ao processo preso. Interpostos os Recursos de Apelação pela defesa de João e pela acusação em relação a José, é correto afirmar que

- (A) ambos têm efeitos suspensivos e devolutivos.
- (B) ambos não têm efeitos suspensivos e devolutivos.
- (C) o primeiro tem efeito apenas devolutivo, enquanto que o segundo, suspensivo e devolutivo.
- (D) o primeiro tem efeito suspensivo e devolutivo, enquanto que o segundo, apenas devolutivo.
- (E) não existe efeito suspensivo e devolutivo no Processo Penal.

30

Qual destas é a única forma **INCAPAZ** de originar um inquérito policial?

- (A) De ofício pela autoridade policial, através de Portaria.
- (B) Por requisição do Juiz ou do Ministério Público.
- (C) Por requerimento de qualquer do povo.
- (D) Por oferecimento de queixa crime pela vítima.
- (E) Pelo auto de prisão em flagrante.

31

Com uma arma de fogo sobre sua cabeça, César foi obrigado por Sérgio a lhe transferir todo o dinheiro de sua conta corrente, já que este achara na carteira da vítima os dados da conta e senha. Segundo a interpretação majoritária da Lei, trata-se de

- (A) extorsão, já que a vítima fora compelida por grave ameaça a fornecer ao agente indevida vantagem econômica.
- (B) extorsão, pois não houve violência, único *modus operandi* do roubo.
- (C) extorsão em concurso formal com roubo, já que mediante uma conduta foram preenchidas as elementares de ambos os tipos.
- (D) roubo, pois o meio empregado fora outro meio, que não violência ou grave ameaça, mas que impossibilita a resistência da vítima.
- (E) roubo, já que, por saber os dados da conta e senha, o agente poderia dispensar a conduta da vítima.

32

Tício cometeu um delito contra Caio. Com o advento de uma nova lei penal que descriminaliza a conduta de Tício, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o magistrado deve rejeitar a denúncia oferecida contra Tício.
- (B) Caio não pode mais receber indenização de Tício, na esfera cível, eis que o fato não é mais considerado delituoso.
- (C) Tício retornará à condição de réu primário, caso esteja condenado apenas pela prática desse delito.
- (D) Tício, se já estiver condenado e cumprindo pena privativa de liberdade, deverá deixar de cumprir a reprimenda imposta.
- (E) o inquérito policial contra Tício, tendo sido instaurado, deverá ser arquivado.

33

No caso da Ação Penal Pública condicionada à representação, é correto afirmar que

- (A) o titular da acusação é o Ministério Público, mas ele depende de uma condição objetiva de procedibilidade.
- (B) o titular da acusação é, a princípio, o Ministério Público, mas este pode transferir à vítima.
- (C) o Ministério Público e a vítima dividem necessariamente a titularidade da acusação.
- (D) a lei transforma a vítima no órgão de acusação, que a exerce mediante representação.
- (E) a lei transforma a vítima no órgão de acusação, que a exerce mediante queixa.

34

O Oficial de Justiça Mévio, para cumprir uma diligência determinada pelo Juiz, resolveu usar serviço particular de transporte, gastando a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) de seu próprio dinheiro. Como a diligência atendia a pedido da empresa "X Importadoras de Vinhos Ltda.", parte autora do processo, resolveu solicitar a ela reembolso, apresentando o comprovante da despesa pessoal. A empresa, então, propõe o ressarcimento em produto objeto de sua atividade, entregando-lhe um vinho francês raríssimo, cujo valor era bem superior ao gasto pelo servidor público. A esse respeito, é correto afirmar que Mévio

- (A) praticou o crime de corrupção passiva, ao solicitar o reembolso, independente de ter recebido o vinho.
- (B) cometeu o crime de excesso de exação, pois deveria ter solicitado reembolso ao Estado.
- (C) cometeu apenas irregularidade administrativa, ao solicitar o reembolso, pois não pedia qualquer vantagem, sendo ilícita criminalmente a conduta de ter recebido o vinho.
- (D) cometeu o crime de concussão, ao solicitar o reembolso, consumado quando recebeu o vinho.
- (E) cometeu o crime de corrupção passiva, ao solicitar o reembolso, sendo o recebimento do vinho mero exaurimento do delito.

35

Um servidor público, no exercício de sua função, deixa de praticar um ato, e sua omissão causa prejuízos materiais a um particular. A ação de indenização, para haver os danos patrimoniais sofridos, deve ser movida pelo particular contra o(a)

- (A) servidor diretamente, porque a responsabilidade é subjetiva e exclusiva do causador direto do dano.
- (B) servidor e contra a Administração Pública, porque a responsabilidade neste caso presume-se solidária.
- (C) Administração Pública, pois a responsabilidade civil do ente de direito público neste caso é objetiva.
- (D) Administração Pública em primeiro lugar, cabendo a esta denunciar à lide o servidor que causou o dano.
- (E) Administração Pública, como responsável subsidiário, se o patrimônio do servidor for inferior ao valor da indenização pleiteada.

36

É nulo o negócio jurídico

- (A) praticado com dolo ou coação.
- (B) praticado em estado de perigo.
- (C) praticado por agente relativamente incapaz.
- (D) simulado, sendo válido o dissimulado.
- (E) que importe em fraude contra credores.

37

A pretensão, decorrente da violação de um direito, se extingue com a prescrição. Operando-se a prescrição de um crédito, o devedor principal e os devedores solidários liberam-se da obrigação de efetuar o pagamento. Por esse motivo,

- (A) a prescrição pode ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pelo devedor ou outra parte a quem aproveita.
- (B) a prescrição pode ser alegada pelo devedor principal, por terceiros interessados e não interessados.
- (C) a prescrição pode ser alegada, no primeiro grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, e de ofício, apenas pelo Tribunal.
- (D) o juiz conhecerá de ofício a prescrição decorrente de lei, cabendo ao interessado alegar a prescrição decorrente de dispositivo contratual.
- (E) ao juiz ou ao Tribunal é vedado conhecer de ofício a prescrição, cuja alegação pode ser feita exclusivamente pelas partes.

38

Se a lei não exige forma especial para a prática e a prova de um determinado ato, observa-se o princípio da liberdade de formas. **NÃO** depende da realização por instrumento público, como elemento essencial para sua validade, o(a)

- (A) divórcio extrajudicial.
- (B) pacto antenupcial.
- (C) testamento do deficiente visual.
- (D) procuração *ad judicium* para o foro em geral.
- (E) compra e venda de imóvel de valor superior a 30 salários-mínimos.

39

Porcas, Caçambas e Parafusos S/A propôs ação de procedimento ordinário em face da Empresa Hábeas Carrum S/A, requerendo, desde logo, a citação do réu, pelo seu representante legal, por carta, tendo o Magistrado determinado a citação por Oficial de Justiça. O representante legal não foi encontrado no local da citação, sendo procurado por mais de três vezes, havendo suspeita de ocultação. Diante de tais circunstâncias, o Oficial de Justiça deverá

- (A) remeter missiva comunicando ao réu a citação.
- (B) expedir telegrama convocando o réu.
- (C) citar o réu por edital.
- (D) citar o réu por hora certa.
- (E) desistir de citar o réu.

40

Romário da Silva propôs ação de execução lastreada em título extrajudicial em face de Temístocles Chevalier Elesbão, sendo o valor do título correspondente a R\$ 10.000.000,00. Regularmente citado, o réu não oferta defesa no prazo legal, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, distribuído regularmente a Oficial de Justiça que, obediente às normas processuais, deve

- (A) indicar bem à penhora.
- (B) designar bem a penhorar e lavrar termo.
- (C) lavrar termo de penhora e avaliação.
- (D) lavrar auto de penhora e avaliação, designando depositário.
- (E) comunicar ao executado a existência do mandado e aguardar indicação de bens.

41

Após o trânsito em julgado de decisão judicial, o credor postulou a execução definitiva do título que lhe reconheceu um crédito correspondente a R\$ 20.000,00. O réu, regularmente citado, apresentou para penhora um veículo automotor, ano 2007, avaliado em R\$ 80.000,00. O bem é levado à hasta pública, sendo designado um leiloeiro público para realizar o ato. O devedor possui advogado constituído nos autos. Nesse caso, marcada a data da hasta, há necessidade, em primeiro lugar, de

- (A) intimação do devedor por advogado.
- (B) intimação pessoal do devedor.
- (C) comunicação da data da hasta aos parentes em linha reta do devedor.
- (D) comunicação ao cônjuge do devedor.
- (E) designação especial de Oficial de Justiça.

42

Brasil S/A participou de licitação a fim de fornecer gasolina para a frota de automóveis da INFRAERO, apresentando no prazo os documentos exigidos no edital. No curso do procedimento licitatório, surge pendência fiscal que impede a expedição de certidão negativa comprobatória do pagamento de tributos, o que gera pendência a ser resolvida pelo Departamento Jurídico. Considerando que as provas que demonstram a regularidade dos atos praticados pela Empresa Brasil S/A são exclusivamente documentais, foi impetrado o competente Mandado de Segurança. Verificou-se que, no entanto, pendia anotação de execução fiscal, com débito correspondente a R\$ 200,00, com garantia e com embargos à execução ainda não recebidos. Com base na reforma mais recente do Código de Processo Civil, incidente sobre as Execuções Fiscais,

- (A) foram extintos os embargos e sucedidos pela impugnação.
- (B) somente o pagamento da dívida permite a suspensão do processo.
- (C) os embargos somente suspendem o processo com decisão do Juiz.
- (D) os embargos com garantia suspendem o processo.
- (E) a apresentação de embargos suspende automaticamente a execução.

43

Túlio Platão apresenta em Juízo execução de título extrajudicial com o valor correspondente a R\$ 15.000,00, requerendo, desde logo, a penhora dos créditos depositados em caderneta de poupança do réu Bebeto de Souza, sob a guarda do Banco Juros e Juros S/A. O valor do depósito corresponde a R\$ 300.000,00, sendo fruto da poupança deixada pelos pais de Bebeto para que o mesmo custeasse suas despesas universitárias quando atingisse a maioridade. O réu tem 21 anos de idade e não tem renda, cursando universidade particular. O mandado de penhora é expedido. Observada a situação descrita, cabe ao Oficial de Justiça

- (A) realizar a penhora somente no percentual que exceder sessenta salários mínimos.
- (B) recusar-se a realizar a penhora, tendo em vista que o valor constitui renda do trabalho.
- (C) formalizar penhora no valor que exceder quarenta salários mínimos.
- (D) informar ao Juízo a existência de outros bens passíveis de penhora antes de formalizar o ato.
- (E) certificar que o depósito atende a finalidades sociais e devolver o mandado sem penhora.

44

Edmundo Leal postula ação de busca e apreensão de veículo automotor alienado para Marte Procópio Cacique, que não quitou totalmente as prestações, estando com quatro meses de atraso no cumprimento de suas obrigações, sendo a medida liminar deferida pelo Juízo de plantão. No momento do deferimento da medida, somente está presente um Oficial de Justiça, vez que os demais convocados para o trabalho foram designados para realizar outras diligências em distritos distantes da Comarca. Diante de tal situação, deve o Oficial de Justiça:

- (A) cumprir incontinenti a ordem do Juiz.
- (B) cumprir o mandado com ressalvas.
- (C) certificar a impossibilidade de cumprimento do mandado, vez que são necessários dois Oficiais para cumprir a diligência.
- (D) buscar o auxílio de força policial para cumprir o mandado.
- (E) buscar autorização especial do Juiz para cumprir o mandado.

45

Por violar a regra do concurso público, a forma de provimento de cargo público **NÃO** recepcionada pela Constituição da República de 1988 é o(a)

- (A) aproveitamento.
- (B) reintegração.
- (C) ascensão.
- (D) readaptação.
- (E) promoção.

46

Segundo a Lei do Estado de Rondônia nº 68/92, no exercício do poder disciplinar, a sanção aplicável a ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou funções de confiança é a de

- (A) demissão de cargo ou função.
- (B) exoneração do cargo ou função.
- (C) cassação do cargo ou função.
- (D) destituição do cargo ou função.
- (E) suspensão do cargo ou função.

47

Tendo por base a Lei Estadual nº 68/92, analise as assertivas abaixo.

- I - O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- II - As instâncias civil, penal e administrativa são independentes, mas a decisão penal absolutória por insuficiência de provas vincula as demais instâncias.
- III - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo do patrimônio do Estado ou de terceiros.
- IV - A ação disciplinar prescreve em cinco anos, seja qual for a natureza da infração administrativa cometida pelo servidor.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) III
- (C) I e III
- (D) I e IV
- (E) I, II e III

48

Com relação ao acesso aos cargos públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O provimento de cargos públicos em comissão depende de prévio procedimento público seletivo, mas a exoneração é decisão discricionária da autoridade nomeante.
- (B) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, somente podem ser criados por lei complementar, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos.
- (C) Os cargos públicos não são acessíveis aos estrangeiros.
- (D) A lei pode estabelecer casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) A nomeação para cargos em comissão é livre, mas a exoneração depende de processo administrativo em que seja assegurada ao servidor ampla defesa.

49

De acordo com a Lei Estadual nº 68/92, entende-se por reintegração a(o)

- (A) investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, devidamente verificada em inspeção médica.
- (B) reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (C) retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado, em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- (D) reingresso de servidor aposentado no serviço público, quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria por invalidez, verificados em inspeção médica oficial ou por solicitação voluntária do aposentado, a critério da administração.
- (E) aproveitamento do servidor estável em outro cargo de vencimentos e responsabilidade compatíveis com o anteriormente ocupado, em decorrência da declaração de desnecessidade do cargo efetivo e conseqüente disponibilidade.

50

A respeito do regime remuneratório do servidor público, segundo a Lei Estadual nº 68/92, é correto afirmar que

- (A) remuneração é o vencimento, fixado por lei, do cargo público, acrescido de vantagens permanentes ou temporárias também estabelecidas em lei.
- (B) remuneração é o vencimento, fixado por lei, do cargo público, acrescido das vantagens permanentes ou temporárias estabelecidas em regulamentos.
- (C) remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, fixada em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, prêmio ou verba de representação.
- (D) vencimento ou remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, em valor fixado por lei de iniciativa parlamentar.
- (E) vencimento ou remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, em valor fixado por lei de iniciativa reservada à Chefia do Poder Executivo.